

RADAR TRABALHISTA

CPRT
COMISSÃO DE
POLÍTICA DE
RELAÇÕES
TRABALHISTAS

CBIC



Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 4 – Número 248 – 25/04 à 29/04/2022

Sumário

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Ministério Público do Trabalho*
- *Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[MTP lança ferramentas de gestão de riscos no Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 28/04/2022

A Inspeção do Trabalho do MTP celebrou, nesta quinta-feira (28), o Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho e Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho em evento ao vivo da Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (CANPAT), veiculada no canal da Escola Nacional de Inspeção do Trabalho (ENIT). O destaque do encontro foi a apresentação de duas ferramentas gratuitas e on-line: o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) aos setores de panificação e açougue e a Declaração de Inexistência de Riscos.

Para ler na íntegra [clique aqui](#)



Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Porteiro demitido por desídia não receberá 13º nem férias proporcionais](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/04/2022

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho excluiu de condenação imposta à Protege S/A Serviços Especiais, de Porto Alegre (RS), o pagamento proporcional do 13º salário e das férias a um porteiro demitido por justa causa. De acordo com o colegiado, a modalidade de dispensa motivada autoriza o não pagamento dessas parcelas.

[Papel da Cipa para a segurança no trabalho é destaque no podcast “Trabalho em Pauta”](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/04/2022

O podcast “Trabalho em Pauta” estreia sua quinta temporada com o episódio “Cipa e segurança no trabalho”. A prevenção de acidentes e de doenças ocupacionais é fundamental no ambiente de trabalho. Por isso, no Abril Verde, mês de conscientização sobre a saúde e segurança no trabalho, o programa destaca as principais regras e atribuições da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa). A atuação da comissão pode trazer benefícios tanto para as equipes quanto para as empresas.

[Recusa de transferência de cidade não afasta direito de bancária gestante à estabilidade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/04/2022

A recusa de uma bancária do HSBC Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo, de Santa Rita do Passa Quatro (SP), a ser transferida para outra cidade não impede seu direito à estabilidade garantida à empregada gestante. A decisão é da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho, que reconheceu o direito à garantia provisória de emprego e condenou o banco ao pagamento de salários e demais parcelas desde a dispensa até cinco meses após o nascimento da criança.

[Ajudante que limpava banheiro frequentado por poucas pessoas não receberá adicional de insalubridade](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/04/2022

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho isentou a FM2C Serviços Gerais Ltda. do pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo a uma ajudante de limpeza de Gravataí (RS). De acordo com a decisão, as instalações sanitárias que ela limpava não podiam ser enquadradas como local público ou coletivo de grande circulação de pessoas, de modo a justificar o recebimento do adicional.

[Cooperativa demonstra tentativas de contratar aprendizes e afasta condenação por descumprimento de cota](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/04/2022

A Sexta Turma do Tribunal Superior do Trabalho considerou descabida a condenação da Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol), de Cafelândia (PR), ao pagamento de indenização por dano moral coletivo em razão do não preenchimento da cota de aprendizes prevista em lei. A decisão levou em conta que ficaram demonstrados os esforços da empresa para contratar aprendizes, com a abertura de processos seletivos e tentativas de localização de estabelecimentos de ensino.

[Empresa e universidade não poderão exigir que empregados se apresentem com cabelo e barba aparados](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/04/2022

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho acolheu recurso do Ministério Público do Trabalho (MPT) para condenar a Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e a TSG Locadora e Serviços Ltda., prestadora de serviços de portaria e recepção, a não mais exigir que empregados se apresentem com cabelo e barba aparados. A decisão prevê, ainda, pagamento de indenização de R\$ 30 mil por danos morais coletivos, em razão da conduta discriminatória.

[Mantida reintegração imediata de gerente de supermercado demitida com diagnóstico de câncer](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 27/04/2022

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso do Bompreço Supermercados do Nordeste Ltda., de Recife (PE), contra decisão que determinara a reintegração de uma gerente de relações institucionais demitida em julho de 2018 com diagnóstico de câncer. Segundo o colegiado, uma vez

reconhecida a existência de doença grave e ausente prova de outros motivos, não há como afastar a presunção de que a medida foi discriminatória.

[Empresa criada durante recuperação judicial responderá por dívidas da antecessora](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/04/2022

A Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou recurso da Casa e Vídeo Rio de Janeiro S.A. contra decisão que a condenara a arcar com as dívidas da Mobilitá Comércio Indústria e Representações Ltda. A Casa e Vídeo foi constituída no âmbito da recuperação judicial da Mobilitá e, segundo o colegiado, não se trata de sucessão, mas de grupo econômico.

[Sergio Pinto Martins é nomeado ministro do TST](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/04/2022

Foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (25) o decreto do presidente da República, Jair Bolsonaro, que nomeia o desembargador Sergio Pinto Martins, do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região (SP), como ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Ele ocupará a vaga decorrente da aposentadoria do ministro Alberto Bresciani.



Notícias do Executivo

[SIT lança Ferramentas para a NR-01 durante CANPAT 2022](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 29/04/2022

A Subsecretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Previdência lançou, nesta quinta-feira (28), a [Ferramenta de Avaliação de Risco](#) do Programa de Gerenciamento de Risco (PGR), que engloba dois novos instrumentos on-line e gratuitos para o cumprimento da Norma Regulamentadora nº 01 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais).

[615 mil novas vagas formais de trabalho abertas desde janeiro](#)

Ministério do Trabalho e Previdência - 28/04/2022

No primeiro trimestre de 2022, o Brasil teve saldo positivo de 615.173 vagas de emprego com carteira assinada. Os dados são do Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) divulgados nesta quinta-feira (28). O setor de Serviços foi o grande destaque do mês, com a geração de 111.513 mil novos postos de trabalho formais, distribuídos principalmente nas atividades de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (39.575). Destaque também para a construção que teve um saldo no mês de (25.059). E para a indústria que apresentou (15.260) novas vagas de emprego.

[Receita Federal regulamenta Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional](#)

Ministério da Economia - 29/04/2022

Foi publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (29/4) a [Instrução Normativa RFB nº 2.078](#), que regulamenta, pela Receita Federal, o Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp) instituído pela Lei Com-

plementar nº 193, de 17 de março de 2022.

[Começa nesta sexta-feira \(29/4\) a adesão ao parcelamento do Simples Nacional na PGFN](#)

Ministério da Economia - 29/04/2022

Começa nesta sexta-feira (29/4) a adesão ao Programa de Reescalonamento do Pagamento de Débitos no âmbito do Simples Nacional (Relp) para débitos administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN). A adesão está disponível até 31 de maio, no portal Regularize. A prestação inicial deve ser paga até o último dia útil do mês da adesão. O parcelamento é destinado exclusivamente às microempresas (ME), às pequenas empresas (EPP) e aos microempreendedores individuais (MEI), sejam optantes atuais ou desenquadrados do Simples Nacional. Também poderão aderir os CNPJs em recuperação judicial, baixados ou inaptos.

[Ministério da Economia lança “Construa Brasil” para desburocratizar o setor de construção](#)

Ministério da Economia - 29/04/2022

Com o objetivo de melhorar o ambiente de negócios do setor da Construção Civil, retirar barreiras atuais e incentivar as empresas a se modernizarem, a Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia (Sepec/ME) lançou nesta terça-feira (26/4) o Projeto Construa Brasil. A medida é resultado da celebração do Termo de Colaboração entre a Sepec e a Rede Catarinense de Inovação (Recepeti).

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[MPT e AGU renovam acordo para responsabilizar empresas que descumprem normas de segurança do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/04/2022

Nessa quinta-feira (28), Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho, o Ministério Público do Trabalho (MPT) assinou a renovação do acordo de cooperação técnica com a Advocacia-Geral da União (AGU) para o desenvolvimento de ações conjuntas e coordenadas que viabilizem a responsabilização de empregadores que descumprem normas de saúde e segurança do trabalho. A solenidade ocorreu na sede da AGU, em Brasília.

[MPT alerta sobre subnotificação de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais em webinar do TST](#)

Ministério Público do Trabalho - 28/04/2022

Em evento virtual realizado na manhã desta quinta-feira (28), Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes de Trabalho, o Ministério Público do Trabalho (MPT) alertou sobre o alto número de subnotificações de acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. O webinar “Abril Verde 2022: construindo uma cultura positiva de saúde e segurança do trabalho virtual” foi realizado pelo Programa Trabalho Seguro da Justiça do Trabalho.

[Mato Grosso registra mais de 10 mil acidentes de trabalho em 2021](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/04/2022

Mato Grosso registrou 29 acidentes do trabalho por dia e um acidente com morte a cada três dias e meio em 2021. Os dados são do Observatório Digital de Saúde e Segurança do Trabalho, desenvolvido e mantido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) em cooperação com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no âmbito da Iniciativa SmartLab

de Trabalho Decente. No total, foram registrados 10,6 mil acidentes do trabalho no estado, 45 a menos na comparação com 2020, e 101 óbitos decorrentes do trabalho.

[Acidentes de trabalho crescem 27% na Paraíba e causam mais mortes de trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 27/04/2022

Entre 2020 e 2021, o número de acidentes de trabalho na Paraíba aumentou 27% e mortes de trabalhadores por acidentes aumentaram 35%. Em 2020, foram 2,3 mil notificações de acidentes de trabalho no Estado, com 14 óbitos registrados e, em 2021, foram 2,9 mil ocorrências com 19 mortes, segundo os dados atualizados do Observatório de Segurança e Saúde no Trabalho, iniciativa do Ministério Público do Trabalho (MPT) e da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

[Por que mesmo banido pelo STF, o amianto continua em trânsito no Brasil?](#)

Ministério Público do Trabalho - 25/04/2022

Entre 4 e 6 de maio de 2022, especialistas em saúde e segurança do trabalho vão se reunir em São Paulo para debater os prejuízos do amianto na saúde dos trabalhadores e o atual cenário do produto no país. Apesar da decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que, em 2017, proibiu o amianto em todo o território nacional, o produto ainda percorre as estradas e os portos do Brasil.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[Conatrae trata de processo de seleção de entidades não governamentais para o próximo biênio](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/04/2022

A diretora do SINAIT Vera Jatobá participou nesta quarta-feira, 27 de abril, de reunião da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae). Um dos principais pontos em pauta foi o processo de seleção das entidades não governamentais que irão compor o colegiado no próximo biênio. Houve atraso na publicação do edital de seleção em razão da necessidade de ajustes no texto e de validação por parte da Comissão de Seleção. A previsão é a de que o edital seja publicado até o início da primeira semana de maio.

[Dia 28 de abril é dedicado para lembrar das vítimas de acidentes de trabalho](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 28/04/2022

Em 2022, no dia 28 de abril, o SINAIT reitera o compromisso com a prevenção e a proteção em prol de um ambiente seguro para os trabalhadores e os cidadãos brasileiros. Em função disso, relembra que a data marca o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidente de Trabalho e o Dia Mundial de Segurança e Saúde do Trabalho, instituída no Brasil pela Lei [11.121/2005](#), e tem como objetivo provocar na sociedade uma reflexão sobre a necessidade da segurança e saúde para o trabalhador.

Outras Notícias

[Fim do estado de emergência da Covid-19 afeta trabalhadores de todo o país](#)

Consultor Jurídico - 29/04/2022

A portaria que encerrou o estado de emergência provocado pela Covid-19, assinada pelo ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, no último dia 22, apresentará consequências para trabalhadores de todo o Brasil, uma vez que o fim do período de exceção vai provocar modificações importantes na esfera trabalhista. Como o texto da Portaria GM/MS N° 913 deu 30 dias de prazo para os governos municipais, estaduais e federal promoverem uma transição, a medida entrará em vigor no próximo dia 22. Cerca de 170 portarias e dois mil atos administrativos serão afetados pela portaria.

[Impactos da MP nº 1.108/22 nos contratos em regime de teletrabalho](#)

Consultor Jurídico - 29/04/2022

A Medida Provisória nº 1.108/22 trouxe alterações importantes quanto ao regime de teletrabalho, que merecem atenção do empregador. Anteriormente, o artigo 62 da CLT previa as exceções do controle da jornada de trabalho, excluindo a obrigatoriedade em caso de atividade externa, aos gerentes e aos empregados em regime de teletrabalho, com o novo texto dado pela MP 1.108/22 estreita a aplicação do inciso III, passando a ser somente para os serviços por produção ou tarefa.

[Avanço na modernização dos procedimentos na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 27/04/2022

No final do ano passado, o Diário Oficial da União publicou a Lei nº 14.261/2021 que, além de recriar o Ministério do Trabalho e Previdência, anteriormente incorporado pelo Ministério da Economia, alterou a redação do artigo 628-A da CLT, instituindo o Domicílio Eletrônico Trabalhista com impactos sobre a Justiça e os empregadores. A proposta visava que o

Ministério do Trabalho pudesse notificar a empresa de forma eletrônica, dispensando a publicação em DOU e evitando, assim, a notificação postal e facilitando o envio da defesa e documentação pela empresa. Vale ressaltar que a determinação poderá ser flexibilizada, retornando aos moldes originais, no caso de impossibilidade no cumprimento no novo formato, em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa.

[OIT publica relatório sobre diálogo social, segurança e saúde no trabalho](#)

Revista Proteção - 29/04/2022

A pandemia da COVID-19 mostrou que a colaboração eficaz entre empregadores, trabalhadores e governos é a melhor maneira de implementar medidas de Segurança e Saúde no Trabalho (SST), que podem salvar vidas nesta e na próxima crise, destaca um novo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Aprender com que foi feito para lidar com a complexa situação da pandemia pode ajudar a evitar milhões de mortes por acidentes e doenças ocupacionais, diz o relatório da OIT, que mostra como o diálogo social contribuiu para a implementação rápida e eficaz de medidas durante a crise da COVID-19.

[Ministério do Trabalho e Previdência lança documento com perguntas e respostas sobre implementação da NR 1](#)

Revista Proteção - 29/04/2022

O Ministério do Trabalho e Previdência lançou hoje (28), durante a live da CANPAT sobre ferramentas para Gestão de Riscos, a primeira versão do documento “Perguntas frequentes: Norma Regulamentadora nº 01 – Disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais”, desenvolvido pela SIT (Subsecretaria de Inspeção do Trabalho). O instrumento tem como objetivo sanar as principais dúvidas quanto à implementação da NR 1 e ao correto gerenciamento de riscos ocupacionais. Os questionamentos foram coletados durante as transmissões e aulas disponibilizadas gratuitamente no canal da ENIT (Escola Nacional da Inspeção do Trabalho) no YouTube e foram respondidos no documento em questão.

[Evolução da cultura de prevenção é debatida no webinar sobre Abril Verde 2022](#)

Revista Proteção - 29/04/2022

A Justiça do Trabalho, por meio do Programa Trabalho Seguro, promoveu, nesta quinta-feira (28), o webinar “Abril Verde 2022: construindo uma cultura positiva de saúde e segurança do trabalho”. O evento reuniu especialistas para discutir, no Dia Nacional em Memória das Vítimas de Acidentes e Doenças do Trabalho, a evolução da cultura de prevenção e sobre a subnotificações de acidentes e doenças do Trabalho.

[Brasil registrou crescimento de 30% em óbitos e acidentes de trabalho em 2021 na comparação com o ano anterior](#)

Revista Proteção - 29/04/2022

Instituído pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em memória das vítimas de acidentes e doenças laborais, o Dia Mundial em Memória das Vítimas de Acidentes de Trabalho (28/4) merece especial atenção no Brasil. Segundo dados do Observatório de Saúde e Segurança do Trabalho (SmartLab), da OIT e do Ministério Público do Trabalho (MPT), o país registrou 2,5 mil óbitos e 571,8 mil Comunicações de Acidente de Trabalho (CATs) em 2021. Os números representam um acréscimo de 30% em relação ao ano anterior. Entre 2012 e 2021, foram registradas 22,9 mil mortes e 6,2 milhões de CATs no mercado formal de trabalho brasileiro.

[Sinduscon da Grande Florianópolis dá dicas de combate à dengue na construção civil](#)

Revista Proteção - 29/04/2022

Diante da situação de emergência decretada por algumas cidades da Grande Florianópolis, com o aumento do número de casos de dengue, o Sinduscon da Grande Florianópolis incentiva o combate a proliferação do mosquito da dengue na construção civil.

Atos Normativos

[RESOLUÇÃO CGSN Nº 168, DE 20 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 25/04/2022 Seção I Pág. 52) - Altera a Resolução CGSN nº 166, de 18 de março de 2022, que dispõe sobre o Programa de Reescalamento do Pagamento de Débitos no âmbito do Simples Nacional, e prorroga, excepcionalmente, o prazo final para a transmissão da DASN-SIMEI;

[RETIFICAÇÃO](#) (DOU de 25/04/2022 Seção I Pág. 215) - Na Portaria Conjunta MTP/RFB/ME, publicada no DOU de 20 de abril de 2022, seção 1, página 67, onde se lê: "PORTARIA CONJUNTA MTP/RFB/ME Nº 2, DE 19 DE ABRIL DE 2022", leia-se: "PORTARIA CONJUNTA MTP/RFB/ME Nº 3, DE 19 DE ABRIL DE 2022";

[RESOLUÇÃO CNPS Nº 1.348, DE 12 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 25/04/2022 Seção I Pág. 215) - Ratifica a Instrução Normativa PRES/INSS Nº 131, de 25 de março de 2022, que decorre da publicação da Medida Provisória nº 1.106, de 17 de março de 2022;

[PORTARIA PRES/INSS Nº 1.437, DE 20 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 25/04/2022 Seção I Pág. 217) - Altera a Portaria nº 3.213/PRES/INSS, de 10 de dezembro de 2019, que dispõe sobre o Institui o Sistema de Governança do Instituto Nacional do Seguro Social;

[DECRETO DE 20 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 25/04/2022 Seção III Pág. 01) – Nomeia, SÉRGIO PINTO MARTINS, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Ministro do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Alberto Luiz Bresciani de Fontan Pereira;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2078, DE 28 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 29/04/2022 Seção I Pág. 509) - Dispõe sobre o Programa de Reescalamento do Pagamento de Débitos no Âmbito do Simples Nacional (Relp), instituído pela Lei Complementar nº 193, de 17 de março de 2022;

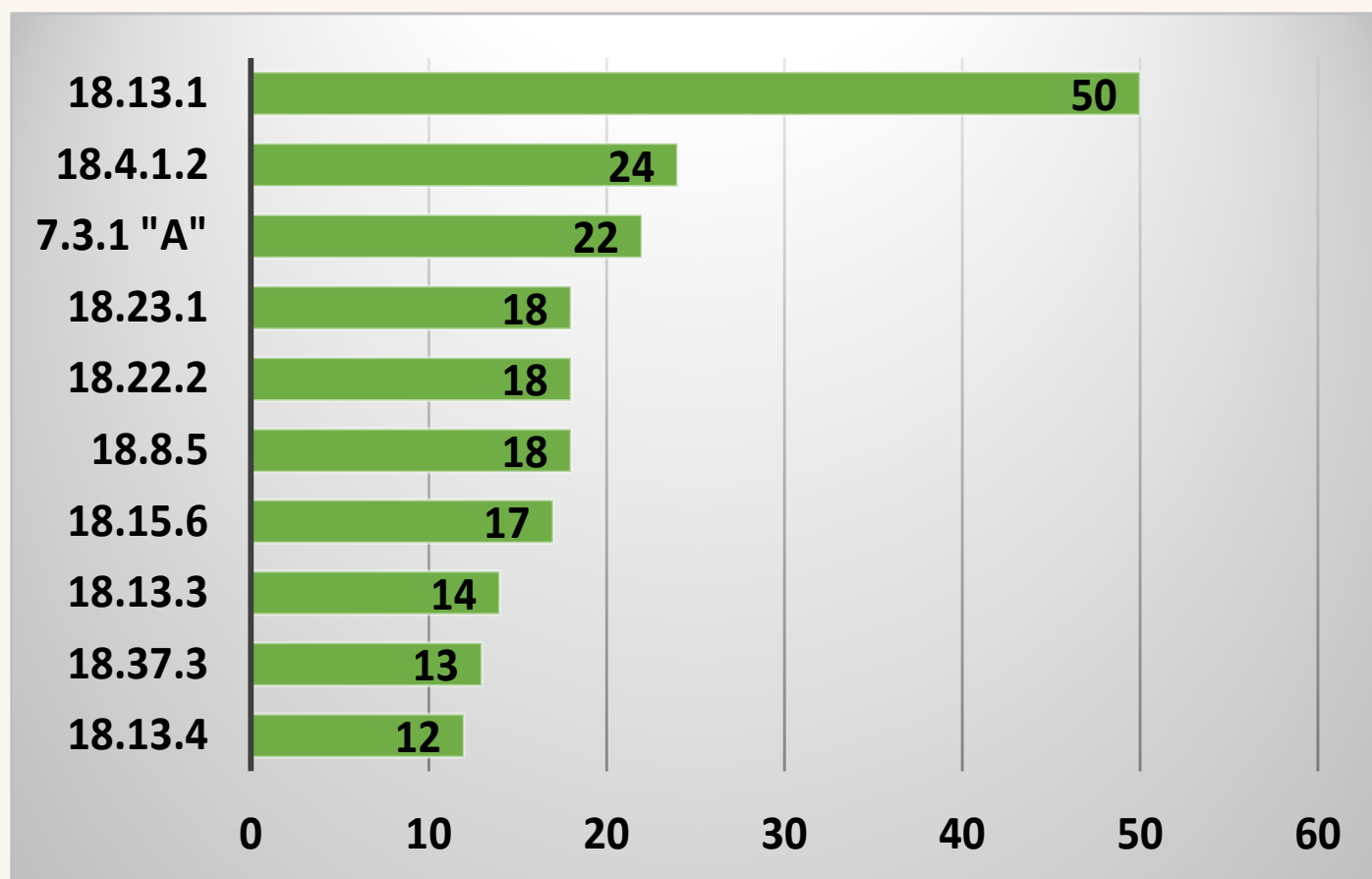
[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 941, DE 27 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 29/04/2022 Seção I Pág. 571) - Aprova o planejamento para o exercício de 2022 das ações de qualificação social e profissional a serem executadas pela União e pelas esferas de governo no âmbito do SINE, em observância ao art. 13, § 6º, da Resolução nº 905, de 26 de maio de 2021;

[RESOLUÇÃO CODEFAT Nº 942, DE 27 DE ABRIL DE 2022](#) (DOU de 29/04/2022 Seção I Pág. 572) - Altera a Resolução CODEFAT nº 905, de 26 de maio de 2021, que dispõe sobre a oferta do bloco de ações e serviços “Qualificação Social e Profissional” no âmbito do Sistema Nacional de Emprego - SINE e estabelece os critérios para as respectivas transferências automáticas aos Fundos do Trabalho dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, nos termos do artigo 12 da Lei nº 13.667, de 17 de maio de 2018;



Dados estatísticos de Fiscalização

Os 10 (dez) itens das Normas Regulamentadoras mais capitulados como “Regularizado na Ação Fiscal” durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Previdência na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) no ano de 2022 (jan):



Fonte: Sistema Federal de Inspeção do Trabalho - SFIT/MTP

Regularizado na Ação Fiscal: É uma rubrica utilizada pela fiscalização do Ministério da Economia (antigo Ministério do Trabalho) para contabilizar os itens da legislação trabalhista (CLT ou Segurança e Saúde no Trabalho) que foram corrigidos pelas empresas ao longo da ação de fiscalização realizada pelos Auditores Fiscais do Trabalho. Esse quantitativo não está atrelado obrigatoriamente ao número de “notificações” ou “autuações” realizadas pela auditoria fiscal do Ministério da Economia. Os atos fiscais do ME na área das relações de trabalho são assim contabilizados: RF 1 - Regular; RF 2 - Regularizado na Ação Fiscal; RF 3 - Irregular (autuação); RF 4 - Notificado; RF 5 - Embargo; RF 6 - Levantamento de Embargo; RF 7 - Interdição; RF 8 - Levantamento de Interdição.

18.13.1 É obrigatória a instalação de proteção coletiva onde houver risco de queda de trabalhadores ou de projeção e materiais.

18.4.1.2 As áreas de vivência devem ser mantidas em perfeito estado de conservação, higiene e limpeza.

7.3.1 Compete ao empregador:

a) garantir a elaboração e efetiva implementação do PCMSO, bem como zelar pela sua eficácia;

18.23.1 A empresa é obrigada a fornecer aos trabalhadores, gratuitamente, EPI adequado ao risco e em perfeito estado de conservação e funcionamento, consoante as disposições contidas na NR 6 - Equipamento de Proteção Individual - EPI.

18.22.2 Devem ser protegidas todas as partes móveis dos motores, transmissões e partes perigosas das máquinas ao alcance dos trabalhadores.

18.8.5. É proibida a existência de pontas verticais de vergalhões de aço desprotegidas.

18.15.6 Os andaimes devem dispor de sistema guarda-corpo e rodapé, inclusive nas cabeceiras, em todo o perímetro, conforme subitem 18.13.5, com exceção do lado da face de trabalho.

18.13.3 Os vãos de acesso às caixas dos elevadores devem ter fechamento provisório de, no mínimo, 1,20m (um metro e vinte centímetros) de altura, constituído de material resistente e seguramente fixado à estrutura, até a colocação definitiva das portas.

18.37.3 É obrigatório o fornecimento gratuito pelo empregador de vestimenta de trabalho e sua reposição, quando danificada.

18.13.4 É obrigatória, na periferia da edificação, a instalação de proteção contra queda de trabalhadores e projeção de materiais a partir do início dos serviços necessários à concretagem da primeira laje.

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

José Carlos Martins

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Fernando Guedes Ferreira Filho

Presidente da CPRT

Gilmara Dezan

Gestora de Projetos e Assessora da CPRT

Queiroz Neto Advocacia & Políticas Públicas

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula